

Coletânea **MULTIATUAL**

Volume 10
2022

Interdisciplinar

uniatual
EDITORA

Coletânea **MULTIATUAL**

Volume 10
2022

Interdisciplinar

uniatual
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 10
C694m / Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 56 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86013-21-4
DOI: 10.5281/zenodo.7149290

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniatual.com.br/2022/10/coletanea-multiatual-interdisciplinar.html>



AUTORES

ANA CLEIA DE OLIVEIRA CARVALHO
ANA LÚCIA SCHWARTZ LOURENÇO
ANDRÉIA DE LIMA TEN CATEN
ANDRÉIA SOUZA DOS SANTOS BRANDÃO
CAROLINA MAGALHÃES SIMÕES
CATHARINA SALUM MENEZES DE MENEZES
CRISTIANE DE ALMEIDA GONÇALVES
DALVA MIRANDA PASSOS SANTANA
DANIELA NEVES DOURADO
KAREN DÓRIA BARRETO COSTA
MARCELLA MONTENEGRO GALVÃO
MATHEUS FERREIRA SANTOS
RAQUEL VASCONCELOS COSTA DOURADO
RENATA LOPES BRITTO
ROGÉRIA FINAMOR MANGUEIRA
ROSÂNGELA APARECIDA GONÇALVES
THIAGO JOSÉ MAGALHÃES SILVA VIANA
VANDERLÉIA RODRIGUES DE SOUZA
VITÓRIA COSENZA FAHEL DE ANDRADE
WAGNER LUIZ DA COSTA SANTOS

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea MultiAtual: Interdisciplinar - Volume 10” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A LUDICIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DURANTE A ALFABETIZAÇÃO Ana Cleia de Oliveira Carvalho; Ana Lúcia Schwartz Lourenço; Andréia Souza dos Santos Brandão; Andréia de Lima Ten Caten; Rosângela Aparecida Gonçalves; Rogéria Finamor Mangueira; Vanderléia Rodrigues de Souza	08
Capítulo 2 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE HUMANA E INCLUSÃO SOCIAL Wagner Luiz da Costa Santos; Dalva Miranda Passos Santana; Cristiane de Almeida Gonçalves	21
Capítulo 3 GESTÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: A NECESSIDADE DE UM OLHAR INTEGRAL DE SAÚDE Matheus Ferreira Santos; Thiago José Magalhães Silva Viana	32
Capítulo 4 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA A PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES Raquel Vasconcelos Costa Dourado; Catharina Salum Menezes de Menezes; Marcella Montenegro Galvão; Carolina Magalhães Simões; Karen Dória Barreto Costa; Renata Lopes Britto	44
Capítulo 5 DESAFIOS NO RASTREAMENTO DE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NOS HOMENS TRANSGÊNEROS Catharina Salum Menezes de Menezes; Marcella Montenegro Galvão; Raquel Vasconcelos Costa Dourado; Daniela Neves Dourado; Vitória Cosenza Fahel de Andrade; Renata Lopes Britto	48
AUTORES	53

Capítulo 1

A LUDICIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DURANTE A ALFABETIZAÇÃO

Ana Cleia de Oliveira Carvalho

Ana Lúcia Schwartz Lourenço

Andréia Souza dos Santos Brandão

Andréia de Lima Ten Caten

Rosângela Aparecida Gonçalves

Rogéria Finamor Mangueira

Vanderléia Rodrigues de Souza

A LUDICIDADE E SUA IMPORTÂNCIA NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO DURANTE A ALFABETIZAÇÃO

Ana Cleia de Oliveira Carvalho

*Licenciada em Pedagogia – Anhanguera - UNIDERP,
carvalhooliveiraanacleia@gmail.com*

Ana Lúcia Schwartz Lourenço

Licenciada em Pedagogia – UFMS, Schwartz.ana@hotmail.com

Andréia Souza dos Santos Brandão

*Licenciada em Pedagogia – Anhanguera - UNIDERP,
andreiadellbrandao2015@gmail.com*

Andréia de Lima Ten Caten

*Licenciada em Pedagogia – Anhanguera - UNIDERP,
andreialimaantunes@outlook.com*

Rosângela Aparecida Gonçalves

Licenciada em Pedagogia- UNIJALES, rosangela.bot21@gmail.com

Rogéria Finamor Mangueira

Licenciatura em Pedagogia - UNIP e Artes FAVENI, nenen.ro@hotmail.com

Vanderléia Rodrigues de Souza

*Licenciada em pedagogia - Anhanguera – UNIDERP,
leiamorenasouza@hotmail.com.*

RESUMO

Este artigo discute as questões referentes à importância da ludicidade no processo de inclusão durante a alfabetização. Tendo como objetivo analisar se existe a importância da ludicidade no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no processo de alfabetização, e verificar se o brincar auxilia este

processo, e produz a aprendizagem. Para tal fim, foi realizada pesquisa bibliográfica através de análise de artigos e livros relacionados ao tema que serviram como apoio para elaboração, estruturação e conclusão da pesquisa. Ao final da pesquisa pode-se concluir que as atividades lúdicas favorecem a imaginação colabora para o desenvolvimento da linguagem e pensamento no processo de alfabetização, contribui na concentração, para desenvolvimento de habilidades e competências para o aprendizado ademais, se voltam ao prazer de aprender.

Palavras-chave: Inclusão, Ludicidade, Alfabetização.

ABSTRACT

This article discusses issues related to the importance of playfulness in the process of inclusion during literacy. Aiming to analyze if there is the importance of playfulness in the process of including students with special needs in the literacy process, and to verify if playing helps this process, and produces learning. To this end, a bibliographic research was carried out through the analysis of articles and books related to the theme that served as support for the elaboration, structuring and conclusion of the research. At the end of the research, it can be concluded that playful activities favor imagination, collaborate for the development of language and thought in the literacy process, contribute to concentration, to develop skills and competences for learning, in addition, they turn to the pleasure of learning.

Keywords: Inclusion, playfulness, Literacy.

INTRODUÇÃO

Consideramos que a inclusão, por si só, não é mais suficiente pois as pessoas seguem sendo padecentes de discriminação e estigma, por serem vistas como diferentes. Apesar de haver copiosos trabalhos relativos ao tema há sempre algo novo para se discutir, pois cada realidade abre um leque de novos desafios.

Quando falamos de inclusão no ambiente escolar refletimos para além do quesito de educação para todos, desse modo, falamos da garantia de direitos básicos a cidadãos que de alguma forma teve seus direitos negados pela sociedade, portanto, a educação é a porta de acesso a direitos básicos tais como saúde, educação, emprego, renda, lazer, cultura, entre outros proporcionando a valorização da diversidade humana e conduzindo a diversas transformações no contexto social.

Neste sentido tornou-se persuasiva a ideia de realizar um estudo bibliográfico com relação importância da ludicidade no processo de inclusão no ciclo de alfabetização, levando em conta que existem questões que interferem no processo de aquisição da leitura e escrita pelas crianças.

A pesquisa é de caráter bibliográfico e se debruçará na investigação da importância do lúdico no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ciclo alfabetização para que, através da análise de livros, artigos e outras pesquisas que abordassem o tema, para elaborar conclusões acerca do assunto. Ao brincar as crianças criam vínculos afetivos com seus pares de brincadeira, auxiliando assim, no processo integração e inclusão.

Sabemos que a educação especial faz parte de "um todo" e para ter o seu valor reconhecido é essencial para esses alunos especiais, tenham seu crescimento e desempenho educacional de qualidade, ciente de que a Constituição Federal estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino (inciso III do art. 208 da CF), visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular, como forma de assegurar o mais plenamente possível o direito de integração na sociedade.

Pensar a educação no contexto atual é refletir sobre os processos de inserção dos diversos grupos sociais nas instituições formativas e os impactos desta formação na construção de suas identidades.

As políticas de inclusão social são fruto de lutas oriundas de movimentos sociais, com o olhar voltado para os excluídos e priorizados em suas necessidades, buscando promover a cidadania como direito essencial a vida.

Vale ressaltar que a DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica em seu artigo 24 (vinte e quatro) menciona que a alfabetização deve ocorrer ao longo dos três primeiros anos do ensino fundamental, por este intuito deu-se isso a construção do Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em língua portuguesa e matemática, até o 3º ano do ensino fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras, no mesmo sentido temos ainda o PNE Plano Nacional de Educação na meta alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Entretanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento mais recente define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever.

BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO

O termo "inclusão" das pessoas com deficiências tem sido usado predominantemente para se referir a integração dos alunos com deficiência nas instituições de ensino regular.

Para analisar este contexto histórico é preciso discutir a definição da terminologia inclusão do aluno no ensino regular, questão essa que vai muito além das expectativas atuais, pois diversas lutas de grupos sociais promoveram alguns avanços, mais que ainda são poucos e de certa forma nem todos estão preparados para trabalhar com este público, uma publicação relevante na área de educação inclusiva é o Index para a Inclusão (CSEI, 2000) que descreve:

Inclusão ou educação inclusiva não é um outro nome para a educação dos alunos com necessidades especiais. Inclusão envolve uma abordagem diferente para identificar e resolver dificuldades que emergem na escola (.) [a inclusão educacional] implica em um processo que aumente a participação de estudantes [nas atividades e vida escolar] e reduza sua exclusão da cultura, do currículo e das comunidades das escolas locais (CSEI, 2000, p. 04).

Importante ressaltar que diante um mundo capitalista e individualista, a sociedade atualmente acaba adotando formas de perfis e como afirma Bezerra (2014, p.11), criam padrões de como se vestir, de ver o mundo e de convivência com o meio social, em que os que se enquadram neste perfil têm seu direitos respeitados os demais acabam sofrendo com a discriminação.

Ao recorrer da história da humanidade percebemos que esse pensamento de exclusão diferente esteve presente em todas as sociedades, pois ao longo do tempo produziram uma visão padronizada e classificaram as pessoas de acordo com estereótipos pré-estabelecidos, elegendo padrões de normalidade e esquecendo-se de que a sociedade é formada e construída na diversidade (BEZERRA, 2014, p.11).

Portanto, alguns grupos sociais e diversos profissionais da área da educação inclusiva viram a necessidade de lutar contra estas barreiras que ainda perpetuam até os dias atuais. De acordo com Romero e Souza (2008, p.02) "se hoje as escolas sentem-se surpreendidas por ele, é porque não perceberam e nem acompanharam as mudanças sociais que o geraram", e que de fato mesmo lentamente vem pressionando as instituições a se adequar à nova realidade de ensino dentre tantas diferenças e diversidades sociais.

Outro marco importante que vale ressaltar, de acordo com Romero e Souza (2008, p. 02), foi a Declaração de Salamanca, pois através desse documento é que legalmente a inclusão foi incorporada no nosso país:

A Declaração de Salamanca (1994), marco da incorporação legal da inclusão no nosso país, não foi uma criação de políticos e sim fruto da movimentação de um grupo de pessoas que entendiam a necessidade de se ampliar a discussão sobre o tratamento destinado aos deficientes a várias instâncias sociais, com o objetivo de se repensar as práticas sociais excludentes. (ROMERO e SOUZA, 2008 p. 02).

Vale destacar que foi através destas lutas de grupos sociais que a Constituição Federal de 1988 e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, nº 9.394 de 1996, assegurou o direito da pessoa com deficiência o acesso ao ensino regular, assim com a Lei Federal nº 7853/89 que dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime (BEZERRA, 2014, p. 13).

Furlan (2014, p.12) menciona também a Legislação Federal, como a LDB 9394/96, os decretos de lei 11.494/2007, 6949/2009 e 7611/2011 e a Constituição Federal nos seus artigos 50 a 68.

A Constituição nos artigos 58 a 60, a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ampara que se de o direito de estudos em instituições de ensino normais a crianças com deficiência. Surgiram também os decretos de lei 11.494/2007, 6949/2009 e 7611/2011 que garantem definitivamente os direitos das Pessoas com Deficiência a Educação em escolas normais, daí o surgimento da Sala de Recursos Multifuncional (FURLAN, 2014, p.12).

Compreende-se que:

(...) a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, - mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que o direito de todos á educação (MANTOAN, p. 35).

De certa forma a inclusão ainda para muitos é algo novo e desconhecido, principalmente nas instituições públicas, muitos profissionais recebem o aluno e se deparam com muitas barreiras para trabalhar com esse aluno. A escola ainda não está totalmente preparada, com suporte, apoio e capacitação de seus profissionais para incluir estas pessoas, e isto pode gerar que ao invés de termos a inserção destas pessoas temos a uma exclusão.

O atendimento das pessoas com necessidades especiais inicialmente, como menciona Romero e Souza (2008, p.04), era voltado ao assistencialismo e diante de suas particularidades surgiram algumas instituições privadas que faziam este atendimento, mas muitas delas eram ligadas as questões religiosas e voltadas para o atendimento das camadas mais baixas, sendo assim caracterizadas como “filantrópico-assistencial”. Ainda de acordo com o autor todo este rol era para que a deficiência permanecesse oculta e distante dos direitos de cidadania, professando assim “uma educação diferente daquela desenvolvida nos centros de excelência, equipados de tecnologia e recursos avançados que se destinavam ao atendimento de pessoas oriundas das camadas mais altas da sociedade” (BUENO, 1993, p. 90).

Diante estes paradigmas educacionais outras áreas foram se aperfeiçoando para conseguir compreender e descobrir as habilidades que cada uma tinha e com isso a psicologia ganhou forças dentro do âmbito educacional.

Para exemplificar melhor este contexto histórico da educação especial os estudos de Sasaki (1997) descreve a história da educação para pessoas com deficiência dividida em quatro fases:

Fase de exclusão: Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência. Estas eram consideradas indignas de educação escolar. Fase de segregação institucional: Por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais. Hospitais e residências eram também utilizados como locais de educação especial. Fase de integração: Crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos. Fase de inclusão: Todas as pessoas são incluídas nas salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos. (Sasaki, 1997, p. 34)

E mediante todo este contexto mencionado somente a partir dos anos 90, como cita Bezerra (2014, p.12) que as instituições perceberam que elas que teriam que se adaptar ao aluno e não os alunos.

(...) nos anos 90 o sistema educacional adaptou-se as necessidades dos alunos com necessidades especiais, ou seja, no sistema inclusivo é a escola quem se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o

aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos (BEZERRA, 2008, p.12).

Contudo, mesmo com todos estes avanços ao longo do período ainda há muito que avançar em todos os requisitos seja no meio social ou mesmo dentro do âmbito escolar entre os próprios profissionais da educação. Como menciona Furlan:

Mesmo com o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil e com todas as informações disponíveis em livros, anúncios na mídia a fora e com crescimento da tecnologia de acessibilidade e da saúde para possibilitar a qualidade de vida para o ser humano, ainda existe um número significativo de pessoas sem informações sobre o que é deficiência física, mental ou motora e as implicações causadas (FURLAN, 2014, p.12-13).

No meio de toda esta história ainda que discretamente ou não o preconceito esta preconizado na nossa sociedade em aceitar as pessoas com deficiências ou saber conviver com elas, defendendo sua inserção na sociedade, portanto, por longos períodos estas pessoas sofreram com a discriminação e ainda padecem mesmo com todos os amparos legais por lei.

É importante apontar que podemos diferenciar a integração da inclusão, conforme Sasaki (1997), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total, assim a escola precisa cessar o ponto de vista uniforme, tomar atitudes estratégicas para garantir os direitos de aprendizagem de todos.

Para tanto o rompimento destas barreiras dependem muito de cada pessoa e principalmente do profissional, da vontade de cada um em tentar fazer o seu diferencial dentro das suas atribuições legais, precisam ter uma formação capaz de atender as necessidades do seu aluno bem como ter suporte e buscar através das suas criatividade novos desafios para trabalhar com estes alunos.

O lúdico para a inclusão no processo de alfabetização

O direito a brincar foi incluído na Declaração das Nações Unidas dos Direitos da Criança em 1959 e reiterado em 1990, quando a ONU adotou a Convenção dos Direitos da Criança sabe se que desde a existência da humanidade já se tinha registro sobre o brincar. Atualmente o brincar se manifesta de diversas maneiras, nos esportes, nos jogos, nas danças sendo algo natural do ser humano. Essas

atividades são essenciais para o desse desenvolvimento do sujeito independente se ele tenha ou não alguma limitação.

Desse modo as atividades lúdicas no processo de alfabetização são essenciais para desenvolver habilidades e competências na aprendizagem das crianças, através de atos de descoberta da linguagem escrita por meio de jogos e atividades voltadas também ao prazer em aprender.

Segundo Vygotsky (1994), a aprendizagem da linguagem escrita implica na compreensão do que caracteriza uma representação, visto que a escrita se refere a uma atividade simbólica, e tal como outras atividades desta natureza, envolvem a representação de uma coisa por outra, a utilização de signos auxiliares para representar significados.

A representação é compreensível nas brincadeiras praticadas pelas crianças que, Segundo Melo e Valle (2005) na brincadeira de faz de conta os objetos não são necessários, podem ser compensados por outros pelas crianças. Um objeto passa a assumir outra função, outro valor, graças ao significado que a criança atribui a este.

Neste sentido de acordo com Trinca e Vianna (2014, p. 166), o brincar envolve diversos fatores no aprendizado e interação com a criança.

A brincadeira pode ser entendida como uma linguagem infantil onde a criança transforma e cria com os materiais que tem a sua disposição, atribuindo-lhe um novo significado. Interege com experiências já vividas e conseqüentemente adquirem outras. O brincar proporciona desafios que são confrontados, ampliando a sua imaginação (TRINCA E VIANNA, 2014, p. 166).

Então, percebe-se que as brincadeiras são fundamentais para haver uma apropriação da leitura e da escrita, uma vez que possibilita a criança à reflexão sobre as diferentes possibilidades de representação e expressão de ideias através de símbolos diferenciados e construídos nas brincadeiras.

Segundo Vygotsky (1994), quando a criança deseja vivenciar determinada situação ou brincar com um brinquedo que não é possível naquele momento, ela se utiliza do gesto representacional, quando pega outro objeto, que para ela possui alguma semelhança com o objeto a ser representado e passa a imaginar o brinquedo ou situação. Ela envolve-se em um mundo ilusório e imaginativo para satisfazer essa vontade.

Exemplifica ainda que ao brincar as crianças obedecem às regras que o processo de imaginação exige. Elas se comportam como o personagem ou pessoa

imitado, por exemplo. Mas, com relação aos jogos, que têm regras pré-estabelecidas leva a criança para um mundo imaginário referente ao jogo, o inserindo dentro deste (VYGOTSKY, 1994).

No caso da educação e socialização das crianças com necessidades educacionais especiais, a ludicidade é de suma importância sendo ferramenta fundamental no processo de alfabetização e inclusão das crianças. Para que os objetivos sejam atingidos em cada proposta de aula o docente precisa conhecer e utilizar recursos que chamem a atenção e interesse as crianças.

Como o processo de alfabetização apresenta uma dinâmica parecida com o brincar que utiliza o imaginário e a substituição de fatores, é imprescindível que sejam trabalhados conjuntamente. A aquisição da leitura e da escrita é um sistema de representação, pois possibilita a criança a imaginar, criar e estruturar hipóteses que farão com que ela compreenda esses sistemas complexos de leitura e escrita sendo o lúdico uma estratégia pedagógica.

Portanto, é de fundamental importância que a criança aprenda através de brincadeiras e jogos para que brinquem, se expressem, criem, imaginem, obtendo uma aprendizagem mais prazerosa, eficaz e de acordo com as necessidades que possuem, acarretando na diminuição dos índices de evasão e repetência escolar.

Vale ressaltar que o lúdico é essencial no ciclo de alfabetização no que tange a inclusão o lúdico favorece a interação e socialização fazendo com que as crianças especiais sejam vistas como sujeitos com diversas potencialidades e capacidade aumentando assim a autoestima e autoconfiança.

[...] o jogo possui grande relevância em função de viabilizar condições para o aprendizado e entre estas se destaca um aspecto fundamental que é a socialização, onde através das quais os indivíduos constroem seu leque de conhecimentos medializadas pelas relações que estabelecem com o meio. (SOARES, 2010, p. 3)

Desse modo o brincar tem o papel estimulador, promovendo o desenvolvimento de hipóteses, habilidades e interação social, sendo também uma possibilidade de superação dos limites e das dificuldades de aprendizagem.

Os jogos como processo de aprendizagem na inclusão

Para exemplificar melhor vamos comentar um pouco da importância dos jogos na sala de aula, sendo assim vemos que o brincar através dos jogos é uma das

técnicas de inclusão que acontecem naturalmente com as crianças e seus envolventes. Diante este contexto a ideia de Soares (2010, p. 10), conceitua esta relação do brincar como um método inclusivo em que a criança procura ajudar umas às outras e não veem o outro como sujeito e não sua limitação seja ela de qualquer natureza.

A atividade lúdica, o jogo, é muito importante para a formação da criança e, na escola, este é o espaço no qual a inclusão ocorrerá de forma mais natural, segundo Staimback (1999, XII- apud GIL) a escola 'é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas, por isso vejo que não será apenas lei que fará com que o processo inclusivo realmente ocorra em uma classe regular de ensino, é preciso mais, então a ludicidade seria um meio de contribuir para que o processo de inclusão aconteça (SOARES, 2010, p. 10).

Já Trinca e Vianna (2014, p.168), expõe que o “uso do lúdico em sala de aula deve ter por objetivo estimular o crescimento, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social e não apenas promover a competição entre os alunos levando-os a derrotas e vitórias”, no qual o profissional da educação deve elaborar um bom planejamento com suas aulas detalhando quais brincadeiras, jogos irão utilizar o tempo de duração de todas as atividades e que tipo de conclusões e habilidades ele pretende chegar.

Como menciona Trinca e Vianna (2014, p.168), “quando nos propomos a desenvolver atividades lúdicas, como o brincar, jogos, músicas, entre outros, precisamos ter objetivos claros de onde queremos chegar e que conteúdos e habilidades pretendemos desenvolver”. Portanto, a prática a ser adotada pelo educador faz grande diferença nos resultados que almejam ser alcançados.

Neste intuito ao compreender a verdadeira importância dos jogos como um dos requisitos de apoio no processo de aprendizagem de seus alunos, o educador precisa ficar atento e deve ter “consciência de que os jogos auxiliam na educação integral do indivíduo, pois proporcionam além da investigação e problematização das práticas culturais do seu cotidiano, uma reflexão sócio histórica de sua cultura” (TRINCA E VIANNA, 2014, p.168). Dessa forma, o professor adquire novas experiências para como trabalhar melhor futuramente com seus alunos, observando o avanço de cada aluno.

Portanto, os jogos e brincadeiras eles tem o poder de trabalhar diversos aspectos emocionais, rever limites, desenvolver a autonomia, aprimorar a

coordenação motora, aumentar a concentração, a atenção e o raciocínio e desenvolver a criatividade como mencionado por Trinca e Vianna (2014, p.169).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades lúdicas que envolvam brinquedo, jogos e brincadeiras favorecem a imaginação contribuindo para o desenvolvimento da linguagem do pensamento e a concentração sendo assim fundamentais para infância. No processo de inclusão o lúdico em sala de aula só tem a contribuir, pois brincando a criança formula hipóteses de aprendizagem e não faz distinção dos companheiros de brincadeira.

Vale ressaltar a importância de adaptação de jogos para incluir a criança com necessidades especiais, pois a mesma já enfrenta diversos problemas em sua formação inclusive quanto a sua participação ativa na sala de aula que por muitas vezes necessita de mais tempo para sua estruturação de hipótese de leitura e escrita, além de problemas de localização e mobilidade pelos ambientes escolares, porém uma das maiores dificuldades é o preconceito expresso muitas vezes pela superproteção ou negligência por parte dos profissionais da educação.

A criança com necessidades especiais tem o direito de brincar e interagir como qualquer criança, mas nem sempre os brinquedos e brincadeiras favorecem essa interação, com frequência a criança fica sem brincar ou brinca de uma professora de apoio, ou da sala de recurso multifuncional. Desse modo cabe o professor buscar recursos para incluir esse aluno nas suas aulas não o deixando ser um aluno a parte sem interação com os demais.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, ANA DE SOUZA. **Métodos de Ensino para a Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Auditiva**. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4279/3/MD_EDUMTE_VII_014_7.pdf> Acesso: 1 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **A alfabetização de crianças com deficiência:** uma proposta inclusiva. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Educacao_Especial_MIOLO.pdf>. Acesso: 1 ago. 2021.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ, 1993.

CSEI. Index para a inclusão. Centro de Estudos para a Educação Inclusiva. Bristol, Inglaterra, 2000. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>. Acesso: 1 ago. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

FURLAN, Ana Maria da Silva. **Métodos e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais- Atendimento Educacional Especializado.** Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4229/1/MD_EDUMTE_2014_2_6.pdf>. Acesso: 15 ago. 2021.

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência:** a vivência de um novo paradigma. São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, Luciana; VALLE, Elizabeth. O brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 40, p. 43-48, jan./mar. 2005.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** In: Anais do CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO–EDUCERE, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Vol. 174. WVA, 1997.

SOARES, Edna Machado. **A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional.** Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/EMS.2.2010.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2021.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TRINCA, Juciara Rodrigues; VIANNA, Patrícia Beatriz de Macedo **O lúdico como estratégia de inclusão.** Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/revposgraduacao>. >Acesso em: 1 ago. 2021.

Capítulo 2

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE HUMANA E INCLUSÃO SOCIAL

*Wagner Luiz da Costa Santos
Dalva Miranda Passos Santana
Cristiane de Almeida Gonçalves*

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE HUMANA E INCLUSÃO SOCIAL

Wagner Luiz da Costa Santos

Graduado em Pedagogia (INTERVALE) e Letras (UFPB). Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: wagnerluizcostasantos@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6914738842584568>

Dalva Miranda Passos Santana

Graduada em Pedagogia pela Faculdade Dom Luiz de Orleans e Bragança e Especialista em Coordenação Pedagógica pela mesma instituição. E-mail: dalvamiranda7@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7802736027938499>

Cristiane de Almeida Gonçalves

Graduada em Licenciatura em História (UNEB) e Especialista em Estudos Africanos e Representações da África no Brasil. E-mail: cristianecatu@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/5935571693024069>

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de refletir acerca do papel da gestão escolar na promoção do multiculturalismo e da perspectiva da inclusão dessas pessoas, evidenciados através da crescente mudança social relacionada a emergente necessidade de educar para a multiculturalidade nas salas de aula convencionais, digitais e em contextos de uso remoto. De modo mais específico, apresentaremos um brevíssimo panorama acerca destes conceitos e também concernentes ao entendimento dessas questões para a construção de uma gestão mais participativa, que leve em conta as múltiplas identidades dos estudantes e que as valorize através de atitudes concretas no ambiente escolar e que isso se reflita na vida cotidiana dos estudantes. Assim, o presente estudo, de cunho bibliográfico, busca realizar um levantamento de dados e sistematizá-los ao leitor, visando uma necessária reflexão a respeito do conteúdo abordado, para tanto, nos debruçamos sobre alguns autores como Giddens, Morin, Guérios, Stoltz e outros colaboradores.

Palavras-chave: Multiculturalismo, Inclusão, Gestão Democrática, Promoção.

Abstract

This work aims to reflect on the role of school management in promoting

multiculturalism and the perspective of inclusion of these people, evidenced through the growing social change related to the emerging need to educate for multiculturalism in conventional, digital and in classrooms. remote use contexts. More specifically, we will present a very brief overview of these concepts and also concerning the understanding of these issues for the construction of a more participatory management, which takes into account the multiple identities of students and which values them through concrete attitudes in the school environment and which this is reflected in the daily lives of students. Thus, the present study, of bibliographic nature, seeks to carry out a survey of data and systematize them for the reader, aiming at a necessary reflection on the content covered. Therefore, we focus on some authors such as Giddens, Morin, Guérios, Stoltz and other contributors.

Keywords: Multiculturalism, Inclusion, Democratic Management, Promotion.

1.INTRODUÇÃO

Quando nos referimos às questões ligadas à diversidade humana, precisamos antes de mais nada, compreendê-la através das práticas de cidadania, assim, partindo dessa premissa, para uma melhor compreensão desse processo, torna-se necessário o entendimento da evolução do uso da palavra diversidade e de como ela está ligada com as práticas de cidadania.

Deste modo, segundo o dicionário Aurélio, podemos encontrar algumas concepções do sentido empregado para a palavra diversidade, tais como: 1. Qualidade do que é diverso. 2 Variedade. 3 Multiplicidade. Assim, o emprego dos termos, segundo o Aurélio, nos fazem remeter a diversidade humana envolta na sociedade, pois, somos compostos através dessa pluralidade de Opiniões, ideais, crenças, etnias, dentre outros aspectos, que irão formar as diversas sociedades contemporâneas que estão intimamente entrelaçadas através da globalização de mercados e do uso massivo e crescente de diversas tecnologias de comunicação e informação (TICS) entre elas, e com o devido destaque, a internet e suas multiplicidades de oportunidades de interação entre esses diversos grupos sociais.

Entretanto, pensar a diversidade, como dito anteriormente, vai além do entendimento raso e inicial das diferenças que existem entre esses grupos, pois ela precisa partir principalmente das convergências entre eles e da necessidade de inclusão das minorias para que estas possam estar devidamente representadas nestas sociedades. E para isso, precisamos partir do entendimento de que não existe diversidade sem reconhecimento de direitos que reflitam em um agir cidadão, para ter acesso igualitário a esses bens culturais e de consumo.

Neste sentido, a partir das lutas que se iniciaram a partir do século 17 e 18, que na contemporaneidade foi criada a declaração universal dos direitos humanos, que passa a reconhecer a unidade básica de direitos humanos e dar um contorno ao sentido de ser cidadão com os moldes do que conhecemos e vivenciamos hoje. Pois, a partir desse ordenamento jurídico, estabeleceu-se o reconhecimento da diversidade humana e a necessidade de respeito e convivência pacífica com essas minorias.

E deste contexto de reivindicações e de lutas em busca do reconhecimento de direitos que a escola enquanto representação dessa sociedade precisa abraçar esse desafio de entender a diversidade humana buscando compreendê-la e respeitá-la nas suas mais diversas formas e manifestações.

Assim, o presente trabalho busca apresentar uma reflexão sobre a temática da diversidade e inclusão no ambiente escolar sob a ótica da gestão desse espaço. Sendo conduzido através de pesquisa e revisão bibliográfica qualitativa, tendo a sua estrutura dividida em quatro seções. Assim, na primeira seção estão traçadas as considerações iniciais, contextualização do tema abordado, questões norteadoras da pesquisa, seu objetivo e justificativa. Na segunda seção temos o referencial teórico que embasou essa pesquisa, sendo apresentado em forma de revisão de literatura, abordando-se o uso das tecnologias digitais de comunicação e informação como meios potencializadores para esse processo de inclusão desses grupos, bem como, os conceitos de multiculturalismo e etnocentrismo abordados na concepção de gestão centrada em pessoas e no respeito às suas culturas e representações sociais, culminando com as considerações finais na quarta seção e os referenciais bibliográficos que nortearam os aspectos teóricos da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE NA ATUALIDADE: CONCEPÇÕES SOBRE DIVERSIDADE E DESIGUALDADE.

As concepções de diversidade são amplas e muito variadas, até mesmo por conta da diversidade de fatores que são incorporados a esse termo, pois podemos reconhecer estes elementos através das relações sociais que envolvem conceitos de identidade, gênero, cultura e estratificação social, por exemplo. Entretanto, será a

questão cultural a mais presente nas tentativas de definição destes conceitos, pois é por meio da cultura que os homens expressam-se socialmente, conforme nos aponta o sociólogo Anthony Giddens:

As formas de vida dos membros de uma sociedade ou de grupos dentro da sociedade [...] aqueles aspectos da cultura que são antes aprendidos do que herdados. Esses elementos culturais são compartilhados por membros da sociedade e tornam possível a cooperação e a comunicação. Formam um contexto comum em que os indivíduos numa sociedade vivem suas vidas. A cultura de uma sociedade compreende tanto aspectos intangíveis – as crenças, as ideias e os valores que formam o conteúdo da cultura –, como também aspectos tangíveis – como objetos, símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo (Giddens, 2005, p. 38).

Assim, a diversidade apresenta uma multiplicidade de práticas sociais e de comportamentos que são reproduzidos, então, é certo dizer que isso está para além dos elementos apenas culturais, entretanto, não podemos desprezar o papel que a mesma executa nesse processo.

Assim, as diversidades refletem uma variedade de identidades sociais que são relacionadas a pluralidade e multiplicidade destas identidades, e naturalmente, esses tipos identitários associam - se em grupos de pertencimento e de reconhecimento.

Múltiplas identidades sociais refletem as muitas dimensões das vidas das pessoas. [...] As identidades sociais, portanto, envolvem uma dimensão coletiva. Elas marcam as formas pelas quais os indivíduos são 'o mesmo' que os outros. As identidades compartilhadas – baseadas em um conjunto de objetivos comuns, de valores ou de experiências – podem formar uma base importante para os movimentos sociais (Giddens, 2005, p. 44).

Embora exista o reconhecimento dessas identidades, com isso não se pode afirmar que não existam conflitos entre elas. É daí que surge o desafio da escola, de como conciliar as várias identidades sociais e conciliá-las em um ponto comum de convivência, respeito e tolerância ao outro, quando socialmente esses conflitos são constantes por conta de visões etnocêntricas de alguns grupos sociais em oposição às minorias.

No Brasil também, em especial, temos desafios relacionados com questões étnico raciais históricas que impregnaram a sociedade e a cultura com uma ideia de meritocracia racial que nega os desfavorecimentos e violências passadas e atuais em prol de uma concepção de que os negros e outras etnias não caucasianas

devem ascender socialmente tão somente pelo esforço como sendo isso apenas o suficiente para apagar os preconceitos e desfavorecimentos históricos.

Na mesma linha, temos também desafios a serem superados para a inclusão da diversidade sexual e de gênero, construídas em torno de papéis sociais estanques e que muitas vezes limitam a expressão da individualidade pessoal.

O gênero é um fator crucial na estruturação dos tipos de oportunidades e de chances de vida enfrentadas pelos indivíduos e por grupos, influenciando fortemente os papéis que eles representam dentro das instituições sociais, desde os serviços domésticos até o Estado. Embora os papéis de homens e mulheres variem de cultura para cultura, não há nenhuma instância conhecida de uma sociedade em que as mulheres são mais poderosas que os homens (Giddens, 2005, p. 107).

Assim, diante deste contexto, observamos cotidianamente atitudes de intolerância com relação a atribuição de gênero e de expressão de sexualidade dita fora do padrão socialmente aceito e constituído normativamente. Além destas questões, temos também a estratificação social de grupos marginalizados socialmente por questões culturais, religiosas, econômicas ou de pertencimento (a exemplo da xenofobia), contribuindo para a exclusão (social, econômica, política) destes sujeitos.

2.3 DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Diante de tantos desafios que enfrentamos com relação a educação diante da diversidade e da inclusão de todos os sujeitos nesse processo, precisamos pensá-la a partir da perspectiva da alteridade, assumindo assim que cada indivíduo é diferente e único e que necessitamos da colaboração mútua para a vida em sociedade, construindo uma educação que repense o seu currículo para além das aprendizagens formais, mas que eduque também as emoções, os sentidos, a cultura e os relacionamentos, haja vista que estes são elementos tão cruciais quanto os formais para a formação de um sujeito consciente socialmente.

Deste modo, educar na diversidade nos imbuí o desafio de superar as fragmentações e construir novos contatos, novas relações através da convivência com o outro, entendendo o passado e buscando o aperfeiçoamento pessoal presente para relações futuras mais harmônicas. Pois, o aprendizado é constituído por meio das relações com o outro de como isso se estabelece, pois aprendemos

através dessa interação com o outro e das vivências geradas através disso por meio da troca cultural.

A experiência com alteridades conduz-nos a ver aquilo que jamais poderíamos imaginar e nem sequer sonhar por estarmos demasiado fixados no que consideramos como evidente e relacionado com o cotidiano. É essa experiência que permite a consciência de nós mesmos, o espiar-se e o surpreender-se (Guérios; Stoltz, 2010, p. 11).

Por tanto, reconhecer a multiculturalidade e os provenientes paradoxos vindos dessas questões podem nos levar a superar uma visão heterogênea e cultural empregada nos currículos para valorizar as identidades plurais e múltiplas, promovendo equidade. Para tanto, torna-se necessária uma visão de gestão diferente das empregadas até recentemente que comportam um gestor autoritário e centralizador com poder de decisão vertical, para um modelo de gestão participativo que tenham uma escala de poder horizontal e neste caso estamos nos referindo a uma gestão democrática, pois a mesma promove o respeito à diversidade e promove a inclusão de todos na gestão da escola.

Nesse novo modelo de administração, a organização hierárquica cede lugar à horizontalidade do poder e das competências, a visão integral da escola e dos objetivos a realizar substitui a percepção fragmentada da realidade, a ação solidária e a cooperação em direção ao alcance dos objetivos definidos coletivamente toma o lugar da divisão rígida do trabalho. As incertezas, as ambiguidades, as contradições e tensões são percebidas como fatores a serem superados no espaço de negociações com vista à construção de consensos capazes de contemplar os interesses coletivos (Mattos, 2010, p. 4).

Por meio da gestão democrática, a escola poderá assumir uma postura de transformação diante da sociedade, pois permitirá a participação de todos, sem exclusão e proporcionará a todos a mesma oportunidade de expressão e de apropriação do conhecimento, desenvolvendo uma postura mais crítica e promoverá a garantia de direitos e a cidadania.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1997, p. 5).

Nesta perspectiva, a relação entre a gestão escolar e a educação inclusiva é uma nova proposta de trabalho, em que esta tenha o reconhecimento e procure

atender a todas as necessidades dos alunos, respeitando e os acolhendo nos seus ritmos de aprendizagens e os assegurando uma educação de qualidade, a medida que, buscará a adequação do currículo apropriado e as diversas formas de tornar-se uma escola inclusiva em parceria com toda comunidade escolar.

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores tenham inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores. (SAGE, 1999, p. 138)

Diante do exposto, ver-se a importância do gestor no espaço escolar, logo, torna-se necessário que o mesmo conduza sua atuação na valorização e respeito da diversidade. Sendo assim, todos que fazem parte da escola, do ambiente de aprendizagem, estejam sendo orientados por suas ações exercidas na liderança, deste modo o gestor escolar deve ser o principal revigorador e ser consciente do quanto a educação inclusiva é fundamental, estimulando práticas que favoreça este princípio, superando as barreiras, dialogando, provendo ações adequadas e conseguindo o apoio dos professores.

É importante ressaltar, que não é apenas o diretor que apóia seus professores, mas esses também servem de apoio para a ação da equipe da gestão escolar, pois, é essencial esse suporte e caminhar juntos, para que de fato na prática a educação inclusiva aconteça de verdade. Dessa forma, percebe-se a necessidade de ir mais além, trazer é um novo olhar para o currículo escolar, proporcionando a todos os alunos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro: Mantoan (2005, p. 96):

Dessa maneira, a autora aborda que as escolas devem acolher a todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais, intelectuais,

linguísticas, emocionais ou em outras situações. É o estar junto, o interagir, o entender o outro, percebendo a diversidade e eliminando a possibilidade de qualquer forma de discriminação, até porque, a escola é e deve ser esse espaço de acolhimento é nela que se inicia, por ser o espaço privilegiado para a apropriação e construção de conhecimento.

A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza. Promove a igualdade e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos e que estimule transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional. Compreende uma inovação educacional, ao romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar e ao propor a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional. (BRASIL, 2007, p. 14).

Com efeito, segundo o documento, a Educação inclusiva, é uma proposta em que é necessário que ocorra um atendimento educacional especializado, ou seja, que na sua organização pedagógica, física, enfim, venha atender as necessidades de cada estudante, fazendo parte do mesmo espaço escolar, sem discriminação de qualquer natureza, valorizando-os, proporcionando as diversas maneiras e vivências de aprendizagens. A escola, deste modo buscará das necessidades de mudança e garantia nesse processo de educação inclusiva a flexibilização curricular.

Dessa forma, diante do exposto pelo documento, embora não tenha mencionado o gestor escolar, ele indica os caminhos em que a gestão escolar poderá agir, juntamente com a participação de alunos, professores, gestores, pais ou responsáveis e demais profissionais na elaboração e avaliação de propostas que visam à implementação dessa política à inclusão escolar e à educação especial, contribuindo para o desenvolvimento da prática pedagógica e da gestão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da experiência proporcionada pela pesquisa, conclui-se que O papel da gestão escolar na promoção da diversidade e inclusão é fundamental na tarefa de construir uma escola para todos, na concepção de gestão centrada em pessoas e no

respeito às suas culturas e representações sociais.

Pois, pensar a diversidade, vai além do entendimento raso e inicial das diferenças que existem entre esses grupos, pois ela precisa partir principalmente das convergências entre eles e da necessidade de inclusão das minorias para que estas possam estar devidamente representadas nestas sociedades. E para isso, precisamos partir do entendimento de que não existe diversidade sem reconhecimento de direitos que reflitam em um agir cidadão, para ter acesso igualitário a esses bens culturais e de consumo.

Portanto, é necessário, compreender a escola dentro de uma nova perspectiva de sua função social, levando a transformação dos indivíduos, tendo como ponto de partida a mesma e assim, buscar uma relação com à convivência harmoniosa na sociedade e isso é essencial para o ser humano. Dessa forma a escola será verdadeiramente um espaço de acolhimento por meio de um processo educativo comprometido com a diversidade e inclusão, tornando-se uma escola aberta e sua gestão legitimamente democrática.

4. REFERÊNCIAS

GIDDENS, Anthony . **Sociologia**. Porto Alegre: Brasil. Artmed. 2015.
GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tânia. **Educação e Alteridade**. São Carlos: EdUSFCAR, 2010.

WERNECK, Vera Rudge. (2016). **Uma avaliação sobre a relação multiculturalismo e educação**. Rio de Janeiro: Brasil. Digital. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n60/v16n60a06.pdf>>. Acesso em: 20 junho 2022.

MACHADO, Cristiane, Gomes. **Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humano, 2. ed., 1997.

MANTOAN, M^a Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Nova Escola, maio de 2005.

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Versão preliminar, 2007.

Capítulo 3

GESTÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: A NECESSIDADE DE UM OLHAR INTEGRAL DE SAÚDE

Matheus Ferreira Santos

Thiago José Magalhães Silva Viana

GESTÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: A NECESSIDADE DE UM OLHAR INTEGRAL DE SAÚDE

Matheus Ferreira Santos

Graduando de enfermagem pela Faculdade AGES- Campus Lagarto- SE, e-mail: matheussantos11302@gmail.com.

Thiago José Magalhães Silva Viana

Docente de enfermagem na Universidade Federal de Sergipe, Enfermeiro, e-mail: viana.tjms@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho explicita que para uma gestão eficaz da área de saúde, o gestor deve literalmente exercer suas funções de administrador. Como objetivo foi possível observar os serviços primários de saúde são compostos por várias redes, que se articulam por meio de uma comunicação eficaz de acordo com as necessidades dos pacientes e das comunidades. O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura com natureza descritiva, sendo utilizadas plataformas como google acadêmico e SciELO, a seleção dos descritores ocorreu através da consulta ao DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), tendo como critérios de inclusão anos de publicação e linha de estudo, e critérios de exclusão, aqueles que não correspondem a presente temática de estudo. É possível compreender que no âmbito da assistência em saúde com ênfase no trabalho do gestor e a tomada de decisão, pode ser considerada função de caracterização do desempenho gerencial, devendo compreender os seres humanos, o meio ambiente e uma variedade de conhecimentos, assim, pluralizando estratégias de ampliação da assistência e cobertura populacional. Diante dos achados científicos foi possível compreender um novo olhar na assistência integral e na reorganização do sistema de saúde primária, assim, refletindo no fluxograma de acessibilidade em rede de atenção em saúde, sendo possível compreender o processo gerencial e a tomada de decisão.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Gestão da Qualidade. Planejamento em Saúde.

Abstract

The present work explains that for an effective management of the health area, the manager must literally exercise his/her functions as an administrator. As an objective, it was possible to observe the primary health services are composed of several networks, which are articulated through effective communication according to the needs of patients and communities. The present work is a literature review with a descriptive nature, using platforms such as academic google and SciELO, the selection of descriptors occurred through consultation with DeCS (Descriptors in

Health Sciences), having as inclusion criteria years of publication and line of study, and exclusion criteria, those that do not correspond to the present study theme. It is possible to understand that in the scope of health care, with emphasis on the manager's work and decision-making, it can be considered a function of characterization of managerial performance, having to understand human beings, the environment and a variety of knowledge, thus, pluralizing strategies for expanding care and population coverage. In view of the scientific findings, it was possible to understand a new look at comprehensive care and the reorganization of the primary health system, thus reflecting in the flowchart of accessibility in the health care network, making it possible to understand the management process and decision-making.

Keywords: Primary Health Care. Quality management. Health Planning.

INTRODUÇÃO

A gestão da saúde é uma atribuição de extrema relevância na prestação e oferta dos serviços de saúde, mas também enfrenta grandes desafios, pois os gestores que atuam nessa área precisam entender as especificidades e as necessidades reais de cada localidade e população circunscrita, além de exercer suas funções administrativas tradicionais. No entanto, o domínio em gestão da saúde, exige compreensão de detalhes no âmbito das atividades para que o profissional possa desempenhar as suas funções de forma eficaz e integral, diante das necessidades humanas, ofertando os recursos humanos e a qualidade dos serviços prestados devidamente especificados no nível estrutural (PAIM; TEIXEIRA, 2006).

Nesse sentido, é importante destacar que, para uma gestão eficaz da área de saúde, o gestor deve exercer suas funções de administrador. Dessa forma, é necessário que ele utilize ferramentas tradicionais equivalente a área do conhecimento, habilidades e competências no decorrer desse processo para que possa resolver os problemas de saúde específicos, que correspondem à maioria das adversidades que afetam o manejo dos serviços de saúde. O gestor deve dispor de conhecimentos e competências para orientar e auxiliar a equipe nas atividades que vêm sendo desenvolvidas e delegadas para padronizando e contribuindo para uma assistência organizada, o que irá refletir em um novo modelo de gestão objetivando a garantia dos melhores resultados (HAYASHIDA et al., 2014).

A gestão da Atenção Primária à Saúde (APS) equivale ao gerenciamento de todos os serviços primários de saúde. Os serviços primários de saúde são compostos por várias redes, que se articulam por meio de uma comunicação eficaz de acordo com as necessidades em saúde dos pacientes e das comunidades. Nesse caso, os gestores devem orientar o processo de gestão do sistema no setor saúde para buscar conexões interdepartamentais (CARRIÃO; MARQUES; MARINHO, 2019).

Desta forma, a gestão do setor de saúde primário corresponde a uma gestão estratégica baseada na utilização de ferramentas e instrumentos que auxiliam na captura das questões sociais, de saúde e estabeleçam um acolhimento integral para a comunidade nas áreas de abrangência. Além do desenvolvimento de tecnologia abrangente, tomada de decisão, democratização e expansão da participação social em nível local, a administração deve usar todos os recursos disponíveis para ajudar os residentes da área a determinarem o modelo de gestão para melhor atender às necessidades reais, além de concretizar a cultura e clima organizacional nas unidades (HAYASHIDA et al., 2014).

De fato, é de suma importância um gestor para lidar com ferramentas que auxiliem na formulação das ações estratégicas necessárias na atenção básica. O administrador tem a disposição os instrumentos que podem contribuir na construção de dados epidemiológicos e atuar como eixo direcionador das ações de propagação da saúde, entre elas, está o Sistema de Informação em Saúde (SIS) possui dados referentes às condições de saúde com base na regionalidade, compreendendo o percurso da qualidade de vida e saúde dos municípios (MESQUITA; LUZ; ARAÚJO, 2014).

O sistema de informação é uma ferramenta crucial para a fundamentação da tomada decisão dentro do âmbito gerencial da Atenção Primária, pois fomenta a aplicabilidade do sistema de gestão a partir dos conhecimentos e competências do gestor, além disso, deve-se utilizar as tecnologias de comunicação, tecnologias de colaboração, armazenamento, recuperação das tecnologias, com finalidade de solucionar e atender às necessidades das unidades de saúde (SANTOS et al., 2013).

O principal objetivo do SIS é fornecer informações essenciais para a manutenção de um plano estratégico de melhoria da saúde e da qualidade de vida da comunidade. No entanto, possibilitando fornecer dados específicos relacionados

a qualquer aspecto da saúde e pode orientar as ações dos gestores, ajudando a melhorar a eficácia dos serviços de saúde prestados pela atenção básica (SILVA; SANTOS, 2012).

Destarte, é visível que a gestão em saúde dentro do âmbito competente a Atenção Primária necessita ser subsidiada por ferramentas que auxiliem o gestor a garantir a efetividade das escolhas e por conjectura a oferta de melhores serviços de saúde pública. O SIS dentro desse contexto, representa um instrumento essencial e indispensável para a manutenção e desenvolvimento dos planos estratégicos dos gestores, garantindo a eficácia da assistência de saúde. Desse modo, o objetivo do estudo é conhecer a aplicabilidade da gestão em saúde na Atenção Primária a Saúde, sob as perspectivas da integralidade nos serviços e na assistência à saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura com natureza descritiva, tendo como finalidade a revisão de literaturas que tratam sobre o tema escolhido. De início, foi idealizada a escolha do tema e o objetivo de estudo desta revisão bibliográfica. Posteriormente, a delimitação destes e após a análise de literaturas foi verificado a viabilidade para que este tema fosse trabalhado, através de conteúdos que validaram a análise para a construção do artigo Gestão em saúde na atenção primária: a necessidade de um olhar integral de saúde.

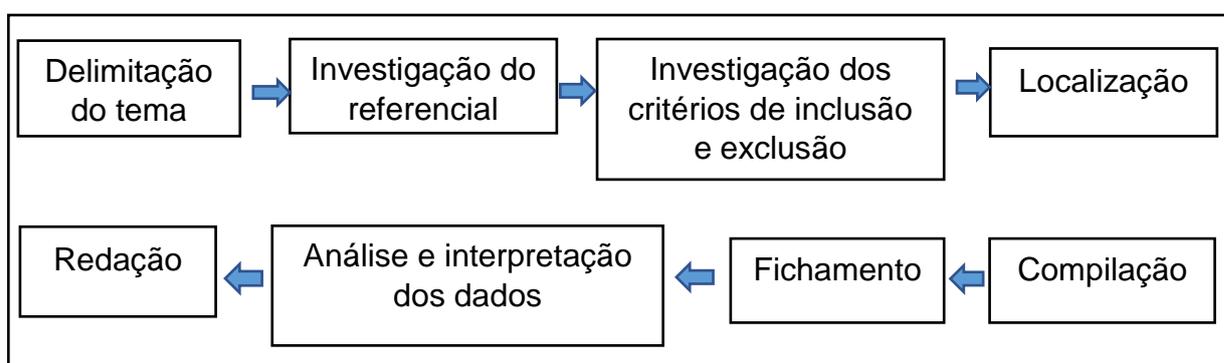
A seleção dos descritores ocorreu através da consulta ao DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), validando as palavras-chave: atenção primária à saúde; gestão da qualidade; planejamento em saúde. Posteriormente a delimitação, os descritores selecionados serviram para a busca das publicações nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, sendo utilizados 13 artigos.

Após a leitura dos resumos e objetivos das literaturas, foram estabelecidos os critérios de inclusão: escolha de obras na íntegra, artigos originais, revisão sistemática, revisão de literatura e literaturas em português compreendidas entre os anos de 2006 a 2019. Além disso, com o intuito de reunir todos os conteúdos e conhecimentos produzidos sobre este tema, foi elaborada a Tabela 1 onde destaca as etapas que foram utilizadas: delimitação do tema, investigação do referencial

teórico, identificação dos critérios de inclusão e exclusão, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação dos dados e redação (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Após esses critérios realizou-se o levantamento da amostragem qualitativa e quantitativa dos estudos conforme o Quadro 1 onde as publicações foram elencadas conforme a procedência abordando a base de dados, título, autores/ano, periódico (revista, número, volume e ano), método aplicado e resultados para a elaboração da etapa resultados e discussão.

Tabela 1: Etapas para elaboração do estudo 2021.



Fonte: LAKATOS; MARCONI, 2017.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Quadro 1: Distribuição dos artigos selecionados segundos os meios eletrônicos em 2021.

Bases de dados	Título	Autores/ Ano	Método aplicado	Resultados
SciELO	Análise da atuação do enfermeiro na gerência de Unidades Básicas de Saúde.	FERNANDES, M. C. et al./2010.	Pesquisa Descritiva	Destaca que a gestão de pessoas e planejamento são importantes, ocorrem dificuldades em relação a composição das equipes, educação continuada e recursos financeiros para custear

COLETÂNEA MULTIATUAL: INTERDISCIPLINAR

				as estratégias.
SciELO	Atenção Primária à Saúde: estrutura das unidades como componente da atenção à saúde.	MOURA, B. L. A. et al./2010.	Estudo Transversal	Percebe-se as fragilidades estruturais tanto na falta de profissionais como de equipamentos. O que compromete a segurança e qualidade dos serviços ofertados, sendo essencial a intervenção da vigilância em saúde e mudança do modelo de saúde adotado.
SciELO	Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado de arte.	PAIM, J. S.; TEIXEIRA, A. C. F./2006.	Pesquisa Bibliográfica	Enfatiza a real necessidade e escassez de estudos com a história, epidemiologia do Brasil, técnico-científicos e sociopolíticos para contribuir com os estudos.
Google Acadêmico	Gerência de enfermagem em unidades básicas: a informação como instrumento para a tomada de decisão.	PINHEIRO, A. L. S./2009.	Pesquisa Descritiva	Salienta que os gestores não aplicam ou aplicam pouco os resultados de suas pesquisas em sua tomada de posição, sendo indispensável que os profissionais atuem com autonomia

				dispondo de condições favoráveis e seguras para as suas assistências.
SciELO	Gestão em saúde na atenção primária: o que é tratado na literatura.	PIRES, D. E. P. de et al./2019.	Revisão Integrativa	Evidencia que o presente modelo de atenção à saúde abordado na APS é sistemático e complexo para todos os envolvidos.
Google Acadêmico	Gestão da atenção básica: um enfoque na prevenção de doenças e agravos.	SENA, J. P. S. & CARVALHO, K. S./2019.	Pesquisa Bibliográfica	A gestão em saúde deve estar direcionada para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, para reduzir os riscos, agravos ou aparecimento de doenças.
SciELO	Conflito na gestão hospitalar: o papel da liderança.	VENDEMIATTI, M. et al./2010.	Pesquisa Descritiva	Destaca que o processo de liderança deve prosseguir para uma perspectiva subjetiva e não pautada no comando e controle ainda vigente.

Fonte: LAKATOS; MARCONI, 2017.

Para compreender as funções da atenção básica, é necessário enfatizar a importância da implementação de uma gestão para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Essa implementação, trata-se de um processo onde a gestão tem como foco a atenção à saúde e às necessidades da comunidade de forma

holística e integral, vale ressaltar que os gestores devem ir além das atribuições técnicas, refletindo nos resultados do escopo da coordenação, para obter um bom desempenho gerencial, estabelecer processos organizacionais para alcançar a diversificação, expandir a esfera de conhecimento e foco na prevenção de doenças (SENA; CARVALHO, 2019).

Conforme Vendemiatti et al. (2010), no processo de coordenação, existem ferramentas tradicionais que podem atingir as mais diversas áreas do conhecimento, contudo, é necessário enfatizar algumas características específicas, de forma a incluir a diversidade da gestão adequada à imagem da equipe. O gestor desenvolve um papel fundamental nas ações e na tomada de decisões da equipe que lhe foi designada. Algumas ferramentas visam a transformação cultural, enfatizando a importância da ação organizacional e estruturada, de modo a implementar permanentemente técnicas de atenção holística de cuidado à cultura já estabelecida na equipe designada, fazendo com que a mesma se adapte e dê continuidade ao processo. Diante disso, o gestor deve traçar o modelo assistencial da atenção básica mais adequado à equipe e a população assistida.

O trabalho de gestão consiste na assistência e coordenação de pessoas executando uma série de atividades, e não se limitando a planejar, avaliar, organizar, liderar e controlar. No trabalho do gestor, a tomada de decisão pode ser considerada uma função de caracterização do desempenho gerencial, mas, seja qual for o aspecto da tomada de decisão, deve ser o resultado de um processo sistemático que envolve pesquisar problemas a partir da obtenção de dados para gerar informações e, em seguida, estabelecer uma proposta de solução, selecionar a decisão mais adequada, viabilizar e implementar a decisão e analisar os resultados obtidos (PINHEIRO, 2009).

É importante destacar que existem alguns entraves que afetam a gestão da atenção básica e o desenvolvimento dos serviços de saúde, sendo a gestão de pessoas, gestão de processos e a gestão centrada no usuário estão relacionadas ao desempenho das instituições de saúde como um todo, portanto, os gestores precisam compreender, valorizar e utilizar ferramentas que viabilizam o relacionamento interpessoal, dinâmica da equipe, educação continuada e a atuação representativa para atender às necessidades da sociedade. Além disso, ao considerar a gestão da saúde, você deve compreender os seres humanos, meio ambiente e uma variedade de conhecimentos para obter serviços eficientes e

desenvolver novas estratégias integradas para melhorar a qualidade da saúde e motivação profissional (MOURA, et al., 2010).

De acordo com os fatores observados o referido processo de planejamento, a priori visa analisar e compreender as funções da atenção básica, avaliar as capacidades da equipe, traçar metas, e realizar ações a partir das necessidades da comunidade para o alcance da relação entre o sistema e o plano, assim, além de se aproximar da comunidade para prevenir e promover a saúde, a equipe também melhora seus vínculos com a comunidade garantindo uma maior inserção da equipe no processo de trabalho, comunidade e facilitando a atuação dos profissionais garantindo uma melhor efetividade assistencial (FERNANDES et al., 2010).

A gestão de recursos humanos segue em paralelo a necessidade de treinamento profissional para que a busca pelo resultado esperado se torne alcançável. Torna-se evidente que os resultados obtidos pelo gestor são reflexo do desempenho e trabalho de sua equipe. É necessário enfatizar os benefícios da prática por meio da discussão interdisciplinar de casos, das ações educativas permanentes e da avaliação sistemática dos cursos, os momentos de diálogo na equipe são importantes meios de trabalho do design da assistência integral (PIRES et al., 2019).

Além disso, outro destaque no processo gerencial da atenção básica é o SIS, uma ferramenta importante para apoiar a tomada de decisão no âmbito dinâmico da gestão de serviços médicos primários, pois para promover a aplicabilidade do sistema de gestão do conhecimento, devem ser utilizadas tecnologias de comunicação, tecnologia de colaboração e armazenamento e recuperação de informações para atender às necessidades do setor saúde (PINHEIRO, 2009).

Além disso, vale ressaltar a importância de que os gestores entendam todas as ferramentas e competências que contribuem para a construção de planos estratégicos básicos de saúde, para que os gestores possam utilizar em conjunto com sistemas de informação que disponibilizam dados epidemiológicos, e os gestores possam refletir e avaliar sua equipe. Ressaltando que a regionalização é uma ferramenta básica para o planejamento de ações e atração de equipes de saúde para a promoção e prevenção de fatores agravantes na comunidade (PAIM; TEIXEIRA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão em saúde é essencial para o desenvolvimento dos serviços de saúde, pois é responsável por efetivar a aplicabilidade dos processos que viabilizam a prestação da assistência de saúde eficaz, assegurando a oportunidade de melhoria de qualidade de vida. A atuação do gestor em saúde está baseada na capacidade de liderança para desempenho de funções decisivas para a melhoria da saúde da população. Além de estarem diretamente relacionados com o desenvolvimento de ações, os gestores atuam para o devido funcionamento da equipe, para exercer a função de líder de equipe, e para as habilidades técnicas necessárias ao exercício dessa função, assim, a equipe adota ações coordenadas e positivas, com serviços eficazes para melhorar a qualidade de vida de maneira integral.

Conclui-se que a gestão é um elemento muito relevante na organização da APS, pois atua diretamente como eixo norteador das principais ações de saúde, de acordo com as necessidades de saúde da população, com a formulação e aplicação de estratégias e planos preconizados pelo SUS.

REFERÊNCIAS

CARRIÃO, C. A.; MARQUES, J. R.; MARINHO, J. L. Atenção hospitalar: interatividades por entre constituição histórico-social, gestão e humanização em saúde. **Revista de Gestão e Sistemas de Saúde – RGSS**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 189-202, 2019.

FERNANDES, M. C. et al. Análise da atuação do enfermeiro na gerência de unidades básicas de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2010.

HAYASHIDA, K. Y. et al. A tomada de decisão da equipe de enfermagem após revitalização do modelo compartilhado de gestão. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 23, n. 2, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed., São Paulo: Atlas, 2017.

MESQUITA, M. F.; LUZ, B. S. R.; ARAÚJO, C. S. A Atenção Primária à Saúde e seus atributos: a situação das crianças menores de dois anos segundo suas cuidadoras. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014.

MOURA, B. L. A. et al. Atenção primária à saúde: estrutura das unidades como componente da atenção à saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, p. 69-81, 2010.

PAIM, J. S.; TEIXEIRA, C. F. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado de arte. **Revista Saúde Pública**, Bahia, 2006.

PIRES, D. E. P. de et al. Gestão em saúde na atenção primária: o que é tratado na literatura. Santa Catarina: **Texto & Contexto Enfermagem**, 2019.

PINHEIRO, A. L. S. Gerência de enfermagem em unidades básicas: a informação como instrumento para a tomada de decisão. **Revista APS**, v. 12, n. 3, 2009.

SANTOS, J. L. G. et al. Práticas de enfermeiros na gerência do cuidado em enfermagem e saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 66 (2): p. 257- 63, 2013.

SENA, J. P. S.; CARVALHO, K. S. Gestão da atenção básica: um enfoque na prevenção de doenças e agravos. **Revista Revise**, v. 3, p. 153-168, 2019.

SILVA, L. A.; SANTOS, J. L. Concepções e práticas do trabalho e da gestão de equipes multidisciplinares na saúde. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 34, p. 155-168, 2012.

VENDEMIATTI, M. et al. Conflito na gestão hospitalar: o papel da liderança. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15 (Supl. 1), p. 1301-1314. 2010.

Capítulo 4

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA
A PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ EM
ADOLESCENTES**

*Raquel Vasconcelos Costa Dourado
Catharina Salum Menezes de Menezes
Marcella Montenegro Galvão
Carolina Magalhães Simões
Karen Dória Barreto Costa
Renata Lopes Britto*

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA A PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES

Raquel Vasconcelos Costa Dourado

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
raquelvcdourado@gmail.com*

Catharina Salum Menezes de Menezes

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
cathsalum@gmail.com*

Marcella Montenegro Galvão

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
marcella_galvao16@hotmail.com*

Carolina Magalhães Simões

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
carolinamagalhaessimoes@gmail.com*

Karen Dória Barreto Costa

*Graduanda em Medicina pela UniFTC,
karenbarreto10@gmail.com*

Renata Lopes Britto

*Médica Ginecologista Obstetra pela Universidade Federal da Bahia,
renatalopesbritto@gmail.com*

INTRODUÇÃO: A adolescência é uma fase natural da vida em que se encara diversos riscos à saúde, sobretudo relacionados à sexualidade e à reprodução. A gestação nesse período, juntamente com suas consequências negativas para as mães jovens e seus filhos, traduzem um significativo problema de saúde pública,

seja em países de alta, média ou baixa renda. Nessa perspectiva, o aconselhamento e o acesso a informações abrangentes relacionadas a educação sexual são importantes na ampliação do conhecimento a respeito de práticas sexuais seguras, a fim de reduzir as taxas de gravidez em adolescentes. **OBJETIVOS:** Analisar o impacto das práticas de educação sexual na prevenção de gravidez em adolescentes. **METODOLOGIA DA PESQUISA:** Foi conduzida uma revisão de literatura utilizando as bases de dados BVS e PubMed, buscando pelos descritores “*sex education*”, “*pregnancy in adolescence*” e “*prevention*”. Os resultados foram filtrados pelos materiais publicados entre 2011 e 2021, nos idiomas português e inglês. Das 416 referências relevantes encontradas, 362 foram removidas após leitura preliminar de título e resumo, compondo um banco de dados de 54 publicações. Destas, apenas 8 foram selecionadas após a aplicação dos critérios de exclusão ao serem submetidas a leitura integral. **ANÁLISE DE DADOS:** Um estudo realizado em Bokeo Province, Lao, apontou que aproximadamente um terço (32,4%) dos adolescentes desta pesquisa não conhecia nenhum anticoncepcional moderno. Em outro estudo, foi revelado que o preservativo masculino é o método mais conhecido contra infecções sexualmente transmissíveis e gravidez entre os jovens, entretanto, seu uso consistente não é frequente, principalmente nas relações eventuais e não programadas. Embora o conhecimento a respeito de práticas sexuais seguras seja de vital importância para adolescentes que necessitam de uma consciência abrangente de como evitar uma gestação, é evidente a presença de lacunas no conhecimento dos métodos contraceptivos e a falta de informações relacionadas à gravidez, deixando os adolescentes em alto risco de diversas consequências negativas para a saúde. Inúmeros estudos apontam para a necessidade de educação sexual de crianças e adolescentes e identificam que a escola e os pais são as fontes de conhecimento mais importantes. A educação para o sexo e a sexualidade demonstra ter um impacto positivo no conhecimento dos adolescentes sobre atividade sexual, comportamento sexual seguro, contracepção e como evitar o abuso sexual e a gravidez na adolescência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os estudos mostram a necessidade de aprimorar o conhecimento dos adolescentes quanto aos cuidados relacionados ao comportamento sexual. A orientação e a realização de atividades educativas direcionadas para essa população acerca de saúde sexual e reprodutiva são fundamentais para a implementação de competências a fim de prevenir a gravidez na adolescência.

Desse modo, a educação sexual tem um papel imprescindível na redução das taxas de gravidez precoce, bem como na saúde e no bem-estar dos adolescentes.

Palavras-chave: Educação sexual; Gravidez na adolescência; Prevenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APTER, D. Contraception options: Aspects unique to adolescent and young adult. **Best Pract Res Clin Obstet Gynaecol**, v. 48, p. 115-127, 2018.

BROMAGE, I.; WRIGHT, P.; KOUNNAVONG, S.; SYCHAREUN, V.; VENROIJ, L. Research provides evidence for health policy in Lao PDR. **Global Health Action**, v. 13, 2020.

IORGA, M.; POP, L.; PĂDURARU, L.; DIACONESCU, S. Assessing the Opinion of Mothers about School-Based Sexual Education in Romania, the Country with the Highest Rate of Teenage Pregnancy in Europe. **Medicina**, v. 57, n. 8, p. 841, 2021.

MASEMOLA, J.; MATABOGE, S. Acesso à informação e tomada de decisão sobre prevenção da gravidez na adolescência por mulheres em Tshwane. **Curationis**, v. 38, n.2, p. 1540, 2015.

OBACH, A.; SADLER, M.; CABIESES, B. Intersectoral strategies between health and education for preventing adolescent pregnancy in Chile: Findings from a qualitative study. **Health Expect**, v. 22, n. 2, p. 183-192, 2019.

ORINGANJE, C.; MEREMIKWU, M.; EKO, H.; ESU, E.; MEREMIKWU, A.; EHIRI, J. Interventions for preventing unintended pregnancies among adolescents. **Cochrane Database of Systematic Review**, n. 2, 2016.

SANDØY, I.; MUDENDA, M.; ZULU, J. et al. Effectiveness of a girls' empowerment programme on early childbearing, marriage and school dropout among adolescent girls in rural Zambia: study protocol for a cluster randomized trial. **Trials**, v. 17, n. 1, p. 588, 2016.

VIEIRA, K.; BARBOSA, N.; MONTEIRO, J.; DIONÍZIO, L.; SPONHOLZ, F. Conhecimento de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. **Revista baiana enfermagem**, v. 35, p. 39015, 2021.

Capítulo 5

**DESAFIOS NO RASTREAMENTO DE CÂNCER
DE COLO DE ÚTERO NOS HOMENS
TRANSGÊNEROS**

Catharina Salum Menezes de Menezes

Marcella Montenegro Galvão

Raquel Vasconcelos Costa Dourado

Daniela Neves Dourado

Vitória Cosenza Fahel de Andrade

Renata Lopes Britto

DESAFIOS NO RASTREAMENTO DE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NOS HOMENS TRANSGÊNEROS

Catharina Salum Menezes de Menezes

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
cathsalum@gmail.com*

Marcella Montenegro Galvão

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
marcella_galvao16@hotmail.com*

Raquel Vasconcelos Costa Dourado

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
raquelvcdourado@gmail.com*

Daniela Neves Dourado

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
dany.dourado07@gmail.com*

Vitória Cosenza Fahel de Andrade

*Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador,
vivifahel1212@gmail.com*

Renata Lopes Britto

*Médica Ginecologista Obstetra pela Universidade Federal da Bahia,
renatalopesbritto@gmail.com*

INTRODUÇÃO: transgênero é um termo utilizado para se referir a indivíduos cuja identidade de gênero é discordante do sexo atribuído ao nascimento. A maioria dos homens transgênero não é submetida a cirurgia de redesignação genital e mantém o colo do útero, o que os torna susceptíveis ao desenvolvimento do câncer cervical.

Esse câncer é facilmente rastreável através da citologia cervical, no entanto, para os homens transgêneros há uma série de obstáculos a serem enfrentados para a realização desse exame, colocando-os em risco aumentado de desenvolver tal patologia. Sendo assim, conhecer esses desafios é imprescindível para garantir um atendimento adequado a essa população. **OBJETIVO:** conhecer os desafios para o rastreamento do câncer cervical na população transgênero masculina. **METODOLOGIA DA PESQUISA:** foi conduzida uma revisão de literatura utilizando as bases de dados BVS, CAPES e PubMed buscando pelos descritores *uterine cervical neoplasm* e *transgender*. Os resultados foram filtrados pelos materiais publicados entre os anos de 2011 e 2021 nos idiomas inglês e português. Foram encontradas 122 referências, sendo removidas 59 através da leitura preliminar de título e 23 em duplicidade, compondo um banco de dados final de 40 publicações. Destas, apenas 12 foram selecionadas após a aplicação dos critérios de exclusão ao serem submetidas a leitura integral. **ANÁLISE DE DADOS:** as recomendações para rastreamento do câncer cervical em homens transgêneros são as mesmas para as mulheres cisgêneros, no entanto, a *National Transgender Survey* constatou que dos 92% homens transgêneros que mantinham seu útero, apenas 27% tinham sido submetidos ao exame citopatológico no último ano, enquanto 43% das mulheres cisgênero o realizaram. Esse baixo índice é decorrente de algumas barreiras: estigma e discriminação experimentados ou antecipados; má compreensão do provedor sobre saúde trans; materiais informativos sobre exames voltados para mulheres; disforia relacionada ao procedimento de triagem, informações ou correspondência; marcador de gênero masculino em serviços de saúde e atrofia do canal vaginal. Além disso, homens transgêneros tem 10 vezes mais probabilidade de terem realizado um exame citopatológico inadequado, têm uma probabilidade maior de múltiplos exames inadequados e esperam cinco vezes mais entre a citologia cervical inadequada e o acompanhamento em relação as mulheres cisgênero (Peitzmeier et al., 2014). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** esses estudos demonstram a necessidade de intervenções direcionadas para promover o rastreamento regular nos homens transgêneros. Para isso, são necessários ambientes de saúde acessíveis e inclusivos. Os provedores devem estar dispostos a defender as necessidades emocionais, psicológicas e físicas únicas dessa população e devem elucidar e/ou adaptar o exame para promover boas experiências. Essas medidas aumentam as chances dos transgêneros

reconhecerem o exame como uma ação de autocuidado, influenciando na realização dele novamente no futuro.

Palavras-chave: Neoplasia do Colo do Útero; Teste de Papanicolaou; Transgênero.

Referências bibliográficas:

AGÉNOR, M.; HUGHTO, J.; PEITZMEIER, S.; POTTER, J.; DEUTSCH, M.; PARDEE, D.; REISNER, S. Gender identity disparities in Pap test use in a sample of binary and non-binary transmasculine adults. **Journal of General Internal Medicine**, v. 33, n. 7, p. 1015-1017, 2018.

AGÉNOR, M.; PEITZMEIER, S.; BERNSTEIN, I.; MCDOWELL, M.; ALIZAGA, N.; REISNER, S.; PARDEE, D.; POTTER, J. Perceptions of cervical cancer risk and screening among transmasculine individuals: patient and provider perspectives. **Culture, health & sexuality**, v. 18, n. 10, p. 1192-1206, 2016.

ARAÚJO, J.; SANTOS, M.; SILVA, R.; MARTINS, M.; GALOTTI, F. Exame de Papanicolaou e câncer cervical em homens transgêneros: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e17010212342, 2021.

BERNER, A.; CONNOLLY, D.; PINNELL, I.; WOLTON, A.; MACNAUGHTON, A.; CHALLEN, C.; NAMBIAR, K.; BAYLISS, J.; BARRETT, A.; RICHARDS, C. Attitudes of Transgender men and non-binary people to cervical screening: a cross-sectional mixed study in the UK. **British Journal of General Practice**, v. 71, n 709, p. 614-625, 2021.

BESWICK, A.; CORKUM, M.; D`SOUZA, D. Locally advanced cervical cancer in a transgender man. **Canadian Medical Association Journal**, v. 191, n. 3, p. 76-78, 2019.

CHARKHCHI, P.; SCHABATH, M.; CARLOS, R. Modifiers of Cancer Screening Prevention Among Sexual and Gender Minorities in the Behavioral Risk Factor Surveillance System. **Journal of American College of Radiology**, v. 16, n. 4PB, p. 1546-1440, 2019.

DHILLON, N.; OLIFFE, J.; KELLY, M.; KRIST, J. Bridging Barriers to Cervical Cancer Screening in Transgender Men: A Scoping Review. **American Journal of Men`s Health**, v. 14, n. 3, p. 1557988320925691, 2019.

GATOS, K. A Literature Review of Cervical Cancer Screening in Transgender Men. **Nursing for women`s Health**, v. 22, n. 1, p. 52-62, 2018.

KIRAN, T.; HRANILOVIC, S.; ABRAMOVICH, A.; DAVIE, S.; PINTO, A.; LOFTERS, A.; SINGH, D. Cancer screening rates among transgender adults: Cross-sectional analysis of primary care data. **Canadian Family Physician**, v. 65, n. 1, p 30-37, 2019.

REISNER, S.; DEUTSCH, M.; PEITZMEIER, S.; WHITE HUGHTO, J.; CAVANAUGH, T.; PARDEE D. Test performance and acceptability of self- versus provider-collected swabs for high-risk HPV DNA testing in female-to-male trans masculine patients. **PLoS ONE**, v. 13, n. 3, p. e 0190172, 2018.

SALLANS, R. Six tips for Giving Good Health Care to Anyone With a Cervix. **AMA Journal of Ethics**, v. 22, n. 2, p. 168-175, 2020.

WILLIAMS, M.; KUKKAR, V.; STEMMER, M.; KHURANA, K. Cytomorphologic Findings of Cervical Pap Smears From Female-to-Male Transgender Patients on Testosterone Therapy. **Cancer Cytopathology**, v. 128, n. 7, p. 491-498, 2020.

AUTORES

Ana Cleia de Oliveira Carvalho

Licenciada em Pedagogia – Anhanguera – UNIDERP.

Ana Lúcia Schwartz Lourenço

Licenciada em Pedagogia – UFMS.

Andréia de Lima Ten Caten

Licenciada em Pedagogia – Anhanguera – UNIDERP.

Andréia Souza dos Santos Brandão

Licenciada em Pedagogia – Anhanguera – UNIDERP.

Carolina Magalhães Simões

Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador.

Catharina Salum Menezes de Menezes

Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador.

Cristiane de Almeida Gonçalves

Licenciada em História em Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Especialista em Estudos Africanos e cultura pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Tem experiência como docente na educação básica do município de Alagoinhas - BA. Atualmente é Gestora Escolar.

Dalva Miranda Passos Santana

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Dom Luís de Orleans e Bragança, Especialista em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Tem experiência como Gestora Escolar e Coordenadora Pedagógica.

Daniela Neves Dourado

Graduanda em medicina pela UNIFACS.

Karen Dória Barreto Costa

Graduanda em Medicina pela UniFTC.

Marcella Montenegro Galvão

Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador.

Matheus Ferreira Santos

Graduando de enfermagem pela Faculdade AGES- Campus Lagarto- SE, Lagarto- Sergipe, Brasil. E-mail: matheussantos1302@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5862-9707>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6327139759723017>

Raquel Vasconcelos Costa Dourado

Graduanda em Medicina pela Universidade Salvador.

Renata Lopes Britto

Médica Ginecologista Obstetra pela Universidade Federal da Bahia.

Rogéria Finamor Manguiera

Licenciatura em Pedagogia - UNIP e Artes FAVENI.

Rosângela Aparecida Gonçalves

Licenciada em Pedagogia- UNIJALES.

Thiago José Magalhães Silva Viana

Docente de enfermagem pela Faculdade AGES- Campus Lagarto - SE, Lagarto - Sergipe, Brasil. E-mail: viana.tjms@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2452-8542>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7456293134461395>

Vanderléia Rodrigues de Souza

Licenciada em pedagogia - Anhanguera – UNIDERP.

Vitória Cosenza Fahel de Andrade

Graduanda em medicina pela UNIFACS.

Wagner Luiz da Costa Santos

Licenciado em Letras (Português e Inglês) pela UFPB, Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar pela INTERVALE, Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST UNIVERSITY - USA. Tem experiência como docente na Secretaria Estadual de Educação da Bahia, lecionando componentes na área das linguagens, com ênfase em Literatura Brasileira e Língua Portuguesa, atualmente atua como Gestor Escolar.

uniatual
EDITORA

ISBN 978-658601321-4



9

786586

013214